

POLÍTICA

Comissão diz a militar que dará apoio ao Sivam

RENATA GIRALDI

Manaus — As acusações que recaem sobre a empresa Esca — denunciada por fraudar a Previdência Social —, escolhida para gerenciar o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), não inibiram o esforço das Forças Armadas na tentativa de convencer o Congresso sobre a necessidade de implantar o serviço. Com patrocínio dos militares, 11 parlamentares da Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados visitaram as áreas de fronteira — onde será implantado o Sivam —, participaram de palestras, viram o trabalho dos pelotões, conheceram hospitais e receberam apelos, para que fosse ampliado o orçamento destinado às Forças Armadas. Ao final dos cinco dias de visita, por unanimidade pelo menos entre os presentes —, a Comissão deu sua garantia de apoio. "O Sivam é fundamental. Nós vamos trabalhar por ele. Se há irregularidades, que sejam apuradas. Mas o Sistema não pode ser prejudicado", afirmou o presidente da Comissão, deputado Maurício Campos (PL/MG).

No que depender da comitiva de parlamentares que visitou as regiões de fronteira da Amazônia, não serão poupados para que os radares e sensores, que farão o controle do espaço aéreo brasileiro, sejam implantados rapidamente, in-

dependentemente do momento delicado porque passa o projeto Sivam, no Congresso. "O nosso objetivo agora é fazer com que o Sivam seja implantado o mais rápido possível", garantiu o deputado Marcelo Barbicre (PMDB/SP), membro da comitiva. O Sistema de Vigilância da Amazônia está parado à espera da assinatura de um contrato entre o Governo e as empresas Reitheóns (americana) e Esca (brasileira) —, denunciada por fraudar a Previdência, por ter sido escolhida sem licitação pública e ainda estar sob a presidência de um estrangeiro. "Tem de se buscar alternativas, nem se for atrás de empresas internacionais", apelou o comandante militar da Amazônia, general Germano Arnold Pedrozo.

Sivam — Muitas informações na Amazônia chegaram aos comandos militares com dois e até três dias de atraso, por não existir um serviço de vigilância do espaço aéreo nacional, conforme explicam os comandantes responsáveis pelas regiões de fronteira. Para resolver esta dificuldade, eles apelam para a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia, com 22 radares fixos, cinco aeronaves e quatro sensores móveis, permanentemente ligados para supervisionar toda a área da Amazônia Legal. "Nós precisamos saber o que se passa no espaço aéreo nacional, para não

correremos riscos", explicou o chefe do sistema de implantação do Sivam, coronel Aprígio Azevedo.

Com o Sivam seria possível manter sob controle desde as informações meteorológicas e até a exploração da biodiversidade da Amazônia, além da identificação de pistas de pouso clandestinas, garimpos e áreas de plantações destinadas ao narcotráfico. "Tudo será facilitado a partir do Sivam. Hoje, por exemplo, só se descobre uma plantação de maconha, como aconteceu há um mês, através de satélites comuns. Se os radares tivessem instalados teria sido possível descobrir a plantação, quando ela ainda estava no início", afirmou o general Pedrozo. Dos 22 radares fixos, apenas quatro funcionam em testes.

O contrato do Sivam é um dos maiores já realizados no País, na ordem de US\$ 1,4 bilhão, com direito a 18 anos de carência para o pagamento e a previsão de US\$ 75 milhões de retorno ao ano, a partir do ano 2000.

Campanha — Mas, para garantir a implantação do Sistema, é necessário ter apoio do Congresso que, no momento, apura as acusações em torno do projeto. As denúncias de que a Esca teria fraudado guias de recolhimento da Previdência Social para conseguir participar do contrato com o Governo são investigadas pela Câmara.

Comando quer rever demarcações

No que depender do empenho da Comissão de Defesa Nacional da Câmara e do apoio do Comando Militar da Amazônia, a demarcação de cerca de 9,5 milhões de hectares de terras indígenas será revista. O consenso foi uma das conclusões da comissão que visitou as regiões fronteiriças da Amazônia com a Colômbia e a Venezuela — nas áreas do Alto Rio Negro e do Alto Solimões. "A política indigenista tem de ser revista. É uma questão de segurança nacional", defendeu o comandante Militar da Amazônia, general Germano Arnoldi Pedrozo. O deputado Jair Bolsonaro (PPR/RJ) vai acelerar esta semana a tramitação do seu projeto, que prevê a derubada do decreto legislativo que demarca terras indígenas ao longo das áreas de fronteira.

"É uma indústria de demarcação de terras indígenas", afirmou

Bolsonaro. A Comissão de Defesa Nacional em companhia de representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica visitou algumas regiões da Amazônia e constatou que há espaços descobertos entre os 11 mil quilômetros de fronteira, áreas onde não existem pelotões militares e nem fiscalização, como os distritos de Jurua e Javari, na fronteira com a Colômbia, e Santa Helena, próxima à Venezuela, o que permite que estas áreas fiquem sem amparo na rota do narcotráfico e do contrabando.

Demarcação — Para os militares, uma nova avaliação da demarcação das terras indígenas garantiria um reforço à campanha de segurança das fronteiras, ação que em parte será cumprida pelo Serviço de Vigilância Nacional (Sivam), projeto que está sendo implantado pelo Governo. Segundo o Comando Mi-

litar do Exército, as invasões às regiões fronteiriças, pertencentes aos índios, são comuns e frequentes, e que por esta razão o território brasileiro corre riscos. "É muito estranho ter tanto estrangeiro querendo ajudar", desconfia o comandante Pedrozo, ao relatar o apoio recebido pelas tribos e povos das cidades que fazem fronteira com o Brasil.

De acordo com o deputado Jair Bolsonaro, a solução é afastar os índios das áreas de fronteira, o que na prática provocaria uma nova re- demarcação de terras. "Isso está previsto na Constituição, no artigo 20, que diz que as faixas de fronteira, ao longo de 150 quilômetros, devem ser preservadas para a manutenção da soberania nacional", explicou. Dos 8.500.000 quilômetros quadrados brasileiros, 10,5% são terras indígenas e apenas 51% estão demarcados. (R.G)